



Tribunal de Contas do Estado de São Paulo

INSTRUÇÃO DO PERÍODO

Processo TC 4977/989/24
Poder LEGISLATIVO
Município Ilhabela
Entidade CÂMARA MUNICIPAL DE ILHABELA
Período 06/2024
Relator Dr. Marco Aurélio Bertaiolli
Unidade Fiscalizadora UR-07 UNIDADE REGIONAL DE SÃO JOSE DOS CAMPOS
Responsável ALESSANDRO CARVALHO VIEIRA
Cargo PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL
CPF 257.392.338-01
Período de Gestão 01/01/2023 a 31/12/2024

Em atendimento ao disposto nas Instruções e Ordem de Serviço vigentes, temos a informar o seguinte:

ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO FISCAL

1 - Assunto de Fiscalização: CUMPRIMENTO DAS INSTRUÇÕES DO TCE

1.1 - CI01 - Cumprimento das entregas da documentação exigida pelo TCE

Todos os documentos foram entregues no prazo estabelecido

2 - Assunto de Fiscalização: LRF

2.1 - GF26 - Análise dos Restos a Pagar - Movimentação até o Período

Posição no exercício anterior

Órgão	RP Proces	RP Não Proces

CÂMARA MUNICIPAL DE ILHABELA	R\$ 0.00	R\$ 196.649,96
------------------------------	----------	----------------

Movimentação no Exercício

Nome Órgão	Inscrições	Pagamentos	Cancelamentos
CÂMARA MUNICIPAL DE ILHABELA	R\$ 0.00	R\$ 196.649,96	R\$ 0.00

Posição atual

Nome Órgão	RP Proces	RP Não Proces	Red Esperada
CÂMARA MUNICIPAL DE ILHABELA	R\$ 0.00	R\$ 0,00	R\$ 49.162,52

Diante das baixas ocorridas até o período em parâmetros que evidenciam uma tendência de redução integral do montante de restos a pagar, observa-se uma situação financeira ajustada, sendo desnecessária, portanto, a emissão de alerta.

2.2 - GF36 - Despesas com Pessoal (último ano de mandato/ano eleitoral)

Período	Disp. Pessoal	RCL	% Gasto	% Ref.
6/2024	R\$ 6.694.877,06	R\$ 912.264.712,17	0,7339%	0,7339%

A despesa com pessoal no encerramento do mês 6/2024, calculada na forma do art.18, § 2º da LRF, importou em 0,7339%, sendo este o percentual a ser observado nos meses seguintes para fins de verificação do atendimento ao disposto no art.21, parágrafo único da LRF, devendo o Poder em questão ser alertado para conhecimento do mesmo.

2.3 - GF37 - Análise das despesas assumidas nos últimos quatro bimestres (Art. 42 da LRF)

Disponibilidade Financeira no final do período	R\$ 1.543.463,30
(-) Saldo de Restos a Pagar até o período	R\$ 0,00
(-) Empenhos Liquidados a Pagar até o período	R\$ 0,00
(-) Saldo da Despesa Empenhada a Liquidar	R\$ 4.486.798,45
(-) Valores Restituíveis	R\$ 0,00
(=) Liquidez do Período	R\$ -2.943.335,15
(+) Saldo da Receita Prevista a Realizar	R\$ 4.750.000,00
(-) Saldo da Despesa Autorizada a Empenhar	R\$ 1.806.664,85
(-) Saldo das Transferências Financeiras a Realizar	R\$ 0.00
(=) Liquidez Projetada	R\$ 0,00

Embora o resultado acima projetado para o exercício, apresente equilíbrio, a situação atual de liquidez revela-se desfavorável, fato esse que merece toda a atenção da Administração,

ensejando o acompanhamento para que a situação projetada se mantenha, devendo ser alertada quanto aos impedimentos previstos no artigo 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

2.4 - GF53 - Limite Constitucional para gasto com Folha de Pagamento

Transferência total da Prefeitura no exercício (A)	R\$ 5.812.824,06
Inativos pagos com orçamento do Legislativo (B)	R\$ 0,00
Total líquido disponível (C = A - B)	R\$ 5.812.824,06
Encargos Patronais (D)	R\$ 1.150.000,00
Verbas Indenizatórias(*) (E)	R\$ 0,00
Despesa total com pessoal e encargos (F)	R\$ 7.298.000,00
Despesa total com folha de pagamento (G = F - E - D)	R\$ 6.148.000,00
Despesa com folha de pagamento (H = G - B)	R\$ 6.148.000,00
Despesa com folha/Transferências líquida (I = H/C)	105,77%
Percentual máximo (Emenda Constitucional nº 25/2000)	70,00%
(*) Exclusão destes valores conforme TCs 005078.989.16-7 e 001177/026/15	

om base nos dados extraídos dos balancetes encaminhados pela entidade, constatamos que o percentual apurado é de 105,77%, valor este superior ao limite estabelecido no §1º do artigo 29A da Constituição Federal de 1988.

2.5 - GF54 - Limitação baseada em 5% da Receita do Município

Receita tributária ampliada (ano anterior - com CIP)	R\$ 205.542.809,56
Despesa total com remuneração de Vereadores	R\$ 712.800,00
Limite art.29, VII da CF/88	5,00%
Apuração do limite (com CIP)	0,35%

Com base nos dados extraídos dos balancetes encaminhados pela entidade, constatamos que o percentual apurado é de 0,35%, valor este inferior ao limite estabelecido no artigo 29, inciso VII da Constituição Federal de 1988.

(Valor apurado com base na inclusão da CIP.)

2.6 - GF55 - Limite da Despesa Legislativa

População do Município (*)	38239
Receita Tributária Ampliada exercício anterior (com CIP)	R\$ 205.542.809,56
Percentual Máximo Permitido	7,00%

Valor Permitido para Repasses	R\$ 14.387.996,66
Total de despesas do exercício (já excluídos os gastos com inativos)	R\$ 8.756.159,21
Percentual Apurado (com CIP)	4,26%

(*) Dados IBGE ano anterior ao da elaboração da proposta orçamentária, conforme TC 57/020/14 e TC 396/020/16.

Com base nos dados extraídos dos balancetes encaminhados pela entidade, constatamos que o percentual apurado é de 4,26%, valor este inferior ao limite estabelecido no artigo 29A, Caput, da Constituição Federal de 1988.

(Valor apurado com base na inclusão da CIP.)

Os valores que não se referem ao período examinado são extraídos dos relatórios de Instrução Anteriores.

Data da Geração: 17/08/2024

Hora da Geração: 05:55:14